



CAPÍTULO 12

REANP NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIA DE UM PROFESSOR PESQUISADOR EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19

Cristiano Araújo Soares
Herivelton Pereira Pires

RESUMO

O surgimento de um novo vírus Sars-Cov-2, que ficou conhecido como COVID19 (2020-2021), mudou o modo de vida das pessoas em todo o mundo. Na educação não foi diferente, pois com o aumento acelerado do número de casos de infectados e conseqüentemente dos números de mortos e o colapso do sistema de saúde brasileiro. As medidas que foram adotadas pelas autoridades de saúde estabeleceram que o distanciamento social fosse cumprido como forma de isolamento e para assim diminuir o contágio com o novo coronavírus. O fechamento da escola e as tomadas de decisões para que as aulas não fossem interrompidas, provocou mudanças no modo em que essas aulas ocorreram. Historicamente a escola brasileira vem sofrendo desvalorização desde o sucateamento dos seus prédios, imobiliários e também a não valorização do trabalhador e trabalhadora da educação. O treinamento feito às pressas, com as ferramentas e aplicativos que dariam possibilidades de um contato remoto com a família dos estudantes, exigiram que os profissionais escolares se reinventassem, diante das novas demandas que o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP). A aula no ensino remoto, no Estado de Minas Gerais, aconteceu com a criação de um material que serviu como guia para os estudos chamados de Plano de Estudos Tutorados (PET), no qual o docente planejava suas aulas seguindo as orientações que já estavam previamente definidas, sem que esse docente tivesse sido consultado para a construção das apostilas. Para além disso cabia ao professor e professora viabilizar as orientações de como fazer as atividades, através de gravações de vídeos e estudos dirigidos, para além de conexão online com os estudantes. Falando assim parece ser algo fácil de ser feito, contudo os docentes que atuam nas escolas não tiveram em sua graduação, disciplinas que o capacitasse para esse novo modelo de educação em tempo de pandemia, e por outro lado, uma grande parte da comunidade escolar não contava com acesso de qualidade à internet, e nem equipamentos compatíveis para que pudesse se conectar no horário das aulas. Diante das perdas de vidas acometidas pelo vírus da COVID19, somados às questões financeiras que impactaram as famílias isoladas, e também por conta das rotinas que pressionaram os profissionais no contexto de afastamento social, provocaram distúrbios na saúde emocional da comunidade escolar como por exemplos na volta às aulas, no modo híbrido e posteriormente presencial, são vistos pessoas sentindo sensações de pânico, depressivas, um alto grau de stress, entre outras patologias que surgiram após o período pandêmico mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. COVID19. REANP. Saúde emocional. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Desde a graduação em Pedagogia em 2007, observa-se que a educação sempre trouxe desafios que instigam. Para alguns chamam de espírito empreendedor, contudo no lugar de quem fala atribui-se a atitude de superar as dificuldades da vida e da educação, sim a sobrevivência é instintiva e que se faz persistir buscando soluções e alternativas, e agora enquanto pesquisador discutir, compreender e propor possibilidades na busca de um ensino que provoque no estudante o seu encantamento pelo saber, com aulas que em sua metodologia parta da realidade do estudante e também de sua possibilidade de compreender o mundo e também ampliar sua visão, na perspectiva de um ser social, cidadão.



A educação básica brasileira, já numa perspectiva neoliberal vem sofrendo mudanças que tem sua potência no discurso da globalização e na internacionalização do capital. Contudo a ideia de uma educação que seja igualitária para todos, não passa de uma utopia, e a ideia que se vende que todos têm direito à educação, não se aplica quando são analisadas as condições necessárias para que a educação aconteça e que o aprendizado faça parte da construção daquilo que o estudante constrói durante sua vida escolar, e que enquanto indivíduo não consolida habilidades para continuidade da vida acadêmica, e em consequências essas habilidades não comparecem na vida adulta, na perspectiva do mercado de trabalho, do sujeito que vale o que produz.

A pandemia da COVID19, é inicialmente anunciada em novembro de 2019, contudo ganha as manchetes da televisão e a internet no ano de 2020, e que releva o descobrimento de um novo vírus, que popularmente foi conhecido como novo coronavírus, e que de acordo com os cientistas se tratava de um vírus altamente letal, e que seu processo de contaminação seria muito violento e que diante das expectativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), em poucos dias certamente o Sars-Cov-2, nome científico dado ao novo coronavírus, faria vítimas aos quatro cantos da Terra.

A vida das pessoas em todo Globo Terrestre, certamente não seria mais a mesma, pois as novas condições para resistir ao vírus como: distanciamento social, reforço na higienização pessoal e também das superfícies, o uso de máscaras, e a busca de uma vacina que pudesse neutralizar o vírus, ou impedir as consequências da doença COVID19, na vida das pessoas. Situação que surpreendeu cientistas e também a população mundial, pois não estavam preparados para a pandemia, período nunca vivido pela humanidade, considerando o cenário global e interligado ao que se viveu nas cidades brasileiras.

As autoridades mais sensatas logo decretaram o distanciamento e uso de máscaras, obrigatórios em seus países, restrições duras de distanciamento na tentativa de isolar sua população do vírus, outros nem tanto, não acreditavam que se tratava de um vírus que ceifaria para além das subnotificações, mais de 6,5 milhões de pessoas, de acordo com o Google Notícias in <https://news.google.com/covid19/map>, acessado em 13-08-2022. A perda de milhões de pessoas, muitas delas associadas à desigualdade social, e a possibilidade de proteger contra o vírus impiedoso, que matou, indistintamente, a quem com ele se infectou.



2. O FECHAMENTO DA ESCOLA

Em fevereiro de 2020, enquanto pelo mundo afora se anunciava o fechamento do comércio e das escolas, no Brasil recebia-se os alunos para seus primeiros dias de aula. Tudo caminhava dentro da perspectiva da educação que a muito se praticava como as boas-vindas aos estudantes, os pais felizes em depositarem suas crianças no espaço da escola, que lhes acolhe, enquanto trabalham ou não, assim se seguiu.

Contudo em poucos dias com o aumento do número de mortes por todo mundo faz o recuo dos administradores do serviço público principalmente recuar, mudando o discurso. Se depararam com uma situação que se perdia o controle, e que o risco iminente de um colapso no sistema de saúde mundial já estava anunciado, era só questão de dias, para que o caos se instalasse. O número de infectados e hospitalizados já era maior que a capacidade de atendimento médico hospitalar, em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil que já tinha seus sistemas pública e privado de saúde ineficiente diante das demandas de sua população, tanto no que se refere às instalações quanto ao pessoal e aos recursos necessários para o atendimento de todos aqueles que foram acometidos pelo novo coronavírus.

Diante do novo cenário pandêmico global que se construía, a educação brasileira com suas estruturas, com salas superlotadas, claustrofóbicas, sem condições de atender essa população estudantil dentro do novo protocolo que se criava, com distanciamento, e medidas sanitárias não se viu outra alternativa do que se fechar as escolas ao atendimento presencial. E assim teria-se o novo desafio: como fazer com que essa escola existisse, à distância. Sem o contato entre professor X aluno, entre o aluno e as demais pessoas que compõem a comunidade escolar, e as tensões que formam, e que para essa análise, observou-se que toda essa esfera faz parte daquilo que se conhece como processo de aprendizagem brasileiro.

Como forma de ganhar tempo, e também de não se perder dinheiro, os governos estaduais e municipais, anteciparam o recesso escolar de 15 dias, que estavam previstos para o meio do ano de 2020, e assim teriam um pouco mais de tempo para pensar no que fazer, ou quem sabe que a onda de infecção e morte pelo novo vírus desacelerasse por si só, que seria um milagre. Ou seja, algo cientificamente improvável, de acordo com os noticiários sérios que traziam informações das autoridades de saúde mundial e local. Inicialmente tinha-se a preocupação: como ensinar à distância? Como utilizar a internet como ponte de acesso entre professor e X aluno?



No caso de Minas Gerais e também Uberlândia foram convocados todos os profissionais da educação que lidavam diretamente com o aluno para que realizassem um curso de capacitação para o uso das ferramentas digitais da plataforma *Google Workspace*, nessa perspectiva tiveram o curso *Google For Education* que em seus tutoriais trouxeram a possibilidade de instrumentalização para o trabalho como o *Google Classroom*, *Jamboard Google*, *Google Forms*, *Google Agenda*, *Google Drive*, *Google Planilhas*, *Youtube*, entre outros aplicativos para gravações de vídeo aulas, stickers, etc. Nesse sentido cada discente teoricamente teria a possibilidade de dar suas aulas, agora de forma virtual síncrona (no momento em que acontece, ou seja, online, ou assíncrona, através de vídeos e estudos dirigidos que os estudantes deveriam acessar e fazer a proposta no tempo em que lhe conviesse). Observando se parece algo muito simples, contudo, no decorrer deste texto será visto que não foi algo tão simples assim.

Nas primeiras aulas que tiveram com a equipe do CEMEPE⁸ de Uberlândia-MG, é recordado como se fosse hoje, ficaram quase uma hora da aula para que alguns professores entendessem como acessar uma plataforma do e-mail institucional, que seria a primeira lição do curso, ambientalização. Diante das dificuldades vistas naquele momento tão inicial, já anunciava quão grande seriam os desafios que ainda estavam por vir, pois o professorado que atua, hoje na sala de aula, na sua maioria, é de outra geração, onde o acesso à internet, e aos aplicativos tecnológicos não existiam ou que eram para fins de entretenimento, e que nesse momento passa a ser ferramenta obrigatória para que a comunicação entre professor e aluno viesse a acontecer.

A diversidade tecnológica e também de recursos que cada professor tem acesso é muito heterogênea e ainda existe uma grande parcela dos docentes que contam com apenas seu próprio smartphone (celular), como forma principal de acesso à internet. Considerando a realidade brasileira que de acordo com pesquisas do final do ano de 2019, uma maioria dos brasileiros não tem acesso à internet, e muito menos uma internet e equipamentos capazes de dar o suporte para que uma aula pudesse acontecer, ou ainda com capacidade e espaço de memória e também de um processador que viesse a dar possibilidade de trabalho nos programas e aplicativos necessários para que esse “novo normal” viesse ocorrer.

⁸ Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz.



Assim aulas no Ensino Remoto não ocorreram de forma estável e satisfatória para todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, desde o planejamento da aula, até o aprendizado de fato, com a avaliação e a devolutiva do estudante de suas percepções daquilo que se está aprendendo, algo que ficou difícil de verificar.

A internet que se tinha, na escola e também os equipamentos como computadores por ela oferecidos, já estavam ultrapassados, contudo para as novas demandas, não se atendiam e quase nada, somados que para aquele momento, o ambiente da escola, não era indicado como seguro, para que os professores pudessem realizar seu serviço, tendo em vista a ineficiência e despreparo do pessoal para tomar as medidas sanitárias de forma a resguardar a segurança das pessoas que precisassem frequentar o espaço da escola. Nesse sentido, somente os serviços administrativos foram mantidos, embora que em esquema de rodízio, no espaço físico da escola.

Para além disso, para o professorado continuar trabalhando, foi necessário se utilizar o equipamento pessoal como celular, tablete, notebook, computadores e também internet, energia elétrica e tudo aquilo que seria subsidiado no espaço da escola, e que agora por força da necessidade e da omissão dos governantes. Essa mudança do espaço da escola para a casa do professor, da professora e dos alunos custou muito caro, pois além da perda da privacidade, muitos tiveram que investir em novos equipamentos, melhorias em seus planos de internet, aumento do consumo elétrico nas residências, enfim a merenda escolar, nesse primeiro momento passa a ser custeada pela família. Muito dinheiro foi economizado com a pandemia, e alguns poucos se enriqueceram.

Dentro da nova perspectiva do Ensino Remoto, foi proposto pelos governos a criação e materiais didáticos que viessem atender o novo ensino que se formou, e no estado de Minas Gerais foi implementado o REANP, e dentro do REANP, foi criado o Programa de Estudo Tutorado (PET), que regulamentaram e validaram a educação básica para este momento pandêmico. E nessa perspectiva, o professor ficaria a cargo de aplicar este material que foi disponibilizado na forma digital, ou seja, em PDF, para que cada discente organizasse esse material conforme a proposta do governo, ou seja, em semanas, e que pudesse ser trabalhado e também devolvido às atividades prontas pelos estudantes de forma a computar a carga horária mínima e obrigatória para o aluno.

No lugar de fala dos professores da escola pública, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para o trabalhador da educação, além de criar os Estudos Dirigidos, que eram compostos para além de como o estudante executaria às atividades propostas nos PETs, haveria



ainda a necessidade de se criar vídeos, tutoriais, de como o estudante pudesse realizar as atividades propostas. Além disso, foram criados os chamados ANEXOS, para essa categoria de trabalhadores: ANEXO I, ANEXO IV, ANEXO V e ANEXO VI, que foram usados para documentar o trabalho do professor, e o cumprimento de sua carga horária semanal, sobrecarregou e também burocratizou tudo que foi realizado nesse regime especial. Ou seja, além de tudo que tinha-se que aprender enquanto ensino remoto, além disso a carga de trabalho aumentou expressivamente, com tantos relatórios chamados anexos.

Na prática, não foi oferecido nada a mais, ou seja, aquilo que o professor já utilizava para ministrar sua aula convencional, agora ele começa a fazer a mesma aula, porém no ensino remoto. Por que se fala isso? O professorado não recebeu treinamentos, e/ou cursos que viessem municiá-lo quanto às suas práticas no Ensino Remoto, neste sentido foi possível perceber a deficiência do ensino, pois não se pensou em fazer algo que viesse suprir essa carência que é geral, pois nos cursos de licenciatura, nos currículos dos cursos mais modernos, não existem disciplinas que abarcam essa realidade, o que dirá aos docentes que se formaram a 20 anos atrás, e devido as grandes jornadas de trabalho e o não incentivo a formação continuada remunerada, não tiveram a possibilidade de continuarem seus estudos!

As aulas online foram propostas na medida que a pandemia ocorria, e fugir dessa possibilidade foi o que se visualizou da parte de muitos colegas de docência pela dificuldade no manuseio das ferramentas que passaram a fazer parte desse novo formato das aulas. O uso do celular para criação de grupos de *whatsapp* para que os estudos dirigidos pudessem chegar de forma mais fácil aos pais e estudantes foi o mais utilizado, contudo a plataforma para postagem de atividades por parte dos professores e a entrega de tarefas por parte dos estudantes, Google Sala de Aula, passa ser inevitável, pois através dela que o governo de Minas Gerais exerce a ferramenta de controle, e também tenta dar a possibilidade de uma educação formal, que siga um *app* de controle, contratado pelo governo mineiro.

Antes disso surgiu o *app* Conexão Escola 2.0, que tentou dar acesso aos estudantes das regiões mais remotas do estado de Minas Gerais, depois de instalado no smartphone, funcionaria sem o uso de dados móveis, ou seja, de forma gratuita para o estudante, para além disso foi disponibilizado através de canais abertos vídeos aulas com conteúdo sistematizados de acordo com semana de cada PET, tudo isso não funcionou, por diversos motivos, que na perspectiva de um professor pesquisador não funciona pela falta de acesso das famílias, pelo não preparo do professorado para este Ensino Remoto, pelas condições culturais da sociedade



brasileira em relação a importância do ensino e aprendizagem, que se reforça pela forma que os governantes tratam e valorizam os profissionais da educação.

As atividades dos PETs agora já encaminhadas aos estudantes via whatsapp, e disponível nos sites do governo, esbarra em outro desafio, que seria a impressão do material, que para o governo não é obrigatória. Contudo considerando uma criança em fase de alfabetização, o trabalho com material concreto, passa a ser algo parte do processo ensino e aprendizagem. Muitas famílias ficaram sem seus entes que por sua vez faziam parte daqueles que colaboraram com o sustento da família, e que agora deixa de existir, por outro lado, aqueles que por conta das consequências do distanciamento perderam seus postos de trabalho e com o desemprego deixaram de receber seus salários, logo ficaram desprovidos de necessidades básicas como alimentação, saúde e moradia. Como essas famílias que se viram envolvidas nessa situação de calamidade financeira, poderiam investir na impressão do material PET? Para além disso, como essas famílias subsidiaram suas crianças no que seria necessário para a realização das aulas online? Pensando nisso, após comprovarem carência, algumas famílias começam a receber o PET impresso, preto e branco, contudo para retirar o material na escola, fica algo difícil pensar que para buscar é necessário pagar a passagem do transporte. Situação de calamidade!

Nessa perspectiva da escola pública e popular o que foi percebido é que a educação acontece de forma precarizada e por que não se diria que a educação não aconteceu em muitas localidades de extrema pobreza do Brasil. Na perspectiva do ensino pode-se entender que a educação também ocorre de forma ineficiente partindo da ideia de que, mesmo com muitos esforços, o professorado que se encontram no chão da escola, não tiveram subsídios necessários para ministrar suas aulas, desde a qualificação didática, e nem tão pouco a instrumentalização tanto das ferramentas tecnológicas quanto os equipamentos e acesso à internet que fossem capazes de realizar uma ligação entre educador e estudante, na perspectiva do ensino-aprendizagem.

Para além da pressão sofrida pela crise sanitária mundial, os professores começam a sofrer pressão dos governantes e também seus representantes, com o discurso que enquanto indivíduos deveriam dar suas contribuições naquele momento, contudo é percebido nas entrelinhas uma tendência velada, e já posta anteriormente, a transferência de responsabilidades, e a ventilação da falsa ideia de que as questões da educação para aquele momento se resolveriam pela ação voluntária e individual do professor. Com isso a sociedade começa a se pautar nas falas de alguns políticos de que “o professor não gosta de trabalhar”,



que “o professor é preguiçoso”, etc. Essa pressão sofrida, para além dos protocolos sanitários que invalidam as comorbidades preexistente em muitos professores adoecidos pela jornada penosa de trabalho, e também pela falta de valorização profissional que os exclui da possibilidade de ter uma vida digna, para além daqueles trabalhadores da educação que ficaram sequelados pelo vírus Sars-Cov-2, muitos adoecem mentalmente.

Diante das dificuldades apresentadas no cenário pandêmico, pode-se perceber que as entregas das atividades escolares para a computação da carga horária, em muitos casos passam a ser protocolar, pois as crescentes dificuldades dos estudantes em realizar as atividades sem a presença do professor e da família, faz com que as secretarias de educação aceitem entrega dos PETs incompletos, mesmo que os estudantes tenham assinado apenas o nome no cabeçalho do exercício, e assim validaram a carga horária obrigatória do estudante. Os Estudos Dirigidos, elaborados pelos professores, que organizavam as atividades semanais, passam a ser a principal forma que o estudante teria para compreender os conteúdos e as instruções das atividades de cada semana, tendo como aliados os vídeos do Youtube, sites de leituras complementares, entre outros. O que se viu, foi a busca de respostas prontas, por diversos sites não confiáveis e que muito se viu a repetição dessas informações, favorecendo o cumprimento das tarefas, mas por outro lado não oportunizando a leitura e escrita.

Diante da volta às aulas presenciais, é percebido que o adoecimento dos professores é algo muito marcante com o aumento das solicitações de afastamento para tratamento de saúde por doenças de ordem emocionais, como por exemplo: depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade, etc. Os estudantes não ficaram isentos das consequências deste distanciamento e também das ineficiências da educação brasileira, onde muitas crianças, adolescente e jovens, votaram para escolar com distúrbios emocionais, e com isto houve significativo aumento de suicídio dentro da faixa etária. Situações que preocupam a todos, contudo na sala de aula, o professor precisa ter um olhar especial para os estudantes e também para si mesmo para perceber se há algo diferente.

Pode-se perceber é que a oferta de serviços de saúde pública, na área de saúde emocional são insuficientes, e não há vagas disponíveis, para que se atenda às necessidades dos doentes que forma acometidos na pandemia e em consequência dela, não se atende todos que necessitam de tratamento. A tirar pelo próprio servidor público do Estado de Minas Gerais, que não tem o psicólogo em seus quadros de prestadores de saúde, e os psiquiatras e neurologistas não são suficientes para as demandas da categoria. Para além disso o Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), no primeiro momento não



oferece serviço de acompanhamento de psicólogos a todos os segurados que procuram o atendimento, assim só atendem os casos mais graves, e os demais ficam à mercê do surgimento de vagas, ou aos serviços de estagiários em faculdades privadas ou então não são atendidos.

Com isso percebe-se que pouco se fez para que as consequências da pandemia causassem prejuízos na educação brasileira, e o que foi percebido é que a busca de diminuir os impactos da desvalorização da educação em todos aspectos, que já é algo histórico no Brasil, caminha a passos lentos de deixar de ser um problema, e com a manutenção de uma sociedade com muitos analfabetos políticos e também das letras, faz com que a realidade fique cada vez mais longe de se resolver.

Fatos que foram recorrentes com aqueles alunos que entregaram suas atividades digitalmente, onde foi percebido que alguns estudantes mandaram fotos das suas tarefas, *prints*, contudo de forma aleatória e sem coerência, ou seja, sempre se procurou ter o cuidado de verificar se o que estava sendo enviado para o Google Sala de Aula, era realmente a atividade proposta e realizada, e na medida do possível se respondia com comentários sobre as atividades, para além das correções que eram encaminhadas ao estudante através do grupo de whatsapp e cabia a ele, juntamente com a família fazer as correções em suas atividades. Fato também que foi observado e chamou a atenção que por diversas vezes os estudantes finalizaram as tarefas, sem colocar nenhum arquivo com respostas. Essa situação dava a falsa sensação aos familiares, de que as tarefas haviam sido feitas. Nesse sentido, enquanto professor, precisava-se fazer devolutivas de atividades vazias, para que o Google Sala de Aula, acusasse a tarefa incompleta.

Questiona-se as possibilidades: será que uma criança de 10 anos estaria burlando um programa na tentativa de se eximir de suas responsabilidades e assim deixar de fazer as atividades? Poderia ser este um fato causado pela falta de conhecimento quanto ao uso das ferramentas oferecidas, no caso o Google Sala de Aula “Google Classrron”, ou seria um distanciamento da família das práticas do que o MEC chama de “literacia”? Por outro lado, àqueles que entregaram o PET incompleto, ou que pelo menos tenham assinado o nome nas páginas teriam computadas as horas em sua carga horária obrigatória, enquanto estudante. Onde será que se pode apoiar para discutir para além dos problemas estruturais de exclusão, a o fracasso da educação e seus desdobramentos em período pandêmico e pós pandêmico?

Na perspectiva do professor pesquisador, estudar na pandemia foi necessário se reinventar, pois as demandas do chão da escola crescem na medida em que o que não se sabia precisava ser aprendido às duras penas, na medida em que o distanciamento social acontecia.



Por outro lado, no trabalho home office, ou seja, na docência feita a partir de casa, ganhava-se o tempo do trajeto, e para além do horário a ser cumprido no extraclasse, poderia-se estudar no tempo oportuno e com isso, reorganizar os horários de forma que se cumprisse as demandas da escola, e também as disciplinas, leituras e tarefas do programa de pós-graduação. Costuma-se afirmar que a pandemia foi positiva nesse sentido. Pois mesmo com a falta de incentivo dos governantes para que se tenha valorização profissional e também liberação para qualificação remunerada, na pandemia, a qualificação foi forçada.

O final do ano de 2020 se pode avaliar que tudo havia se passado de forma provisória, sem um planejamento que pudesse dar conta da situação que se estavam inseridos nela, pois quanto ao REANP, se via claramente um desencontro entre os conteúdos que foram repassados, a rasura como os mesmos foram ensinados, sem uma sequência didática que pudesse ser justificada, e o livro didático perde sua prioridade para os PETs, pois no momento não se encontra uma explicação que pudesse justificar a criação dos PETs, se a forma de trabalho adotada no Ensino Remoto, para além do PET foi a elaboração de estudos dirigidos, que também poderiam ser feitos com o livro didático que já estavam comprados desde a PNLD 2019, e somados ao livro didático, se bastava a indicação de vídeos aulas, capturadas no Youtube.

O que se viu foram arranjos que tiveram a função de maquiar uma realidade já arruinada pelo histórico cultural e o descaso com a educação brasileira e também com seus trabalhadores. Finalmente foram realizados os PETs avaliativos, com intuito de visualizar o pouco aproveitamento que se teve nesse cenário precarizado e de improvisos por parte dos governantes, auxiliados pela iniciativa privada que drena o capital da educação pública para seus projetos, como a criação dos PETs, que pouco ajudaram na solução das questões que envolvem a educação na pandemia da COVID19, e assim vê-se o problemas da educação pública brasileira cada vez mais acentuados e evidentes.

Os trabalhadores da educação que tiveram seu recesso antecipados, agora sofrem pelo alongamento do ano letivo, trabalhando em janeiro de 2021, com a justificativa de que a Lei deverá ser cumprida, quanto aos dias letivos e a carga horária mínima exigida, por mais que tenha se visto na prática, que o objetivo do ensino não tenha sido atingido. Contudo para prestar conta do dinheiro que se gastou, mais uma vez, utilizam do trabalhador para mostrar uma política educacional enganosa, e que diante de um faz de conta, fazem propagandas, que omitem a realidade contada pelos seus protagonistas.



3. A VOLTA AS AULAS?

No segundo ano da pandemia (2021), começa-se o ano letivo com a perspectiva de que tudo voltaria ao normal, contudo o número de óbitos por dia ainda é preocupante, e a vacinação da população brasileira ainda estava por acontecer. Naquele momento a vacinação seria a esperança para que se freasse o vírus e no número de mortos, e também a multiplicação dos números de infectados pelo novo coronavírus. Pois já era anunciado uma nova mutação genética viral, onde para complicar foram surgindo novas variantes, chamadas de cepa do vírus Sars-Cov 2.

No ambiente escolar, ouve-se rumores de volta às aulas presenciais, passando inicialmente pelo sistema híbrido, com rotação de alunos, ou seja, revezamento, distanciamento dentro do espaço da escola, e medidas sanitárias, como higienização das superfícies dos espaços da escola e também de móveis, toda vez que por ali passar uma pessoa. Tarefa difícil diante do quantitativo e também do preparo do pessoal que executa este serviço nas escolas, como por exemplo os auxiliares de serviços gerais.

Como era anunciado, a volta às aulas presenciais aconteceu em plena pandemia, à custa das vidas de muitas pessoas da comunidade escolar, inclusive, vidas de professores, que não tiveram a opção de não voltar. Ou seja, voltar imediatamente, ou perder seu emprego, pois há uma grande porcentagem de trabalhadores da educação que são contratados temporariamente, podendo ser desligados a qualquer momento, dependendo daquilo que o empregador achar importante. No caso das escolas particulares, com muito mais brutalidade, pois os sindicatos de professores e também o Conselho Nacional de Educação, tem em suas cadeiras, a sua maioria donos da escola particular, ou seja, donos do capital.

O ano letivo de 2021, parece pouco menos desorganizado, como por exemplo os PETs continuaram a ser produzidos e utilizados, agora agrupados por bimestre, compondo 60% da carga horária obrigatória, e seguindo temas básicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e ainda já se utilizava o livro didático como atividades complementares, perfazendo os 40% da carga horária prevista.

O sistema de perícias médicas do O *Instituto Nacional do Seguro Social* (INSS) é responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios aos trabalhadores brasileiros, e dos demais setores do serviço, cada um com seu órgão próprio, que envolvem os servidores públicos federais, estaduais e municipais, passou-se a funcionar pelo sistema de perícia documental, ou seja, todo o trabalhador que precisasse recorrer aos afastamentos por motivo de



Licença para Tratamento de Saúde (LTS). Nesse sentido e com base nessa análise são vivenciados o analfabetismo digital e também o não acesso, se torna cada vez mais excludente, inclusive de serviços básicos, que seria a seguridade dos trabalhadores quanto o direito de se ausentar do seu trabalho, de forma remunerada, para realização de tratamentos de saúde.

Somado a esta questão tem-se a indisposição dos administradores públicos em valorizar o trabalhador, seja de qual segmento pertença. E o servidor público, pertencente às minorias representativas, está entre os grupos de trabalhadores que mais sofrem as consequências das manobras políticas e que não priorizam o projeto que venha de encontro com as necessidades das coletividades e das classes trabalhadoras, e ainda sofrem esta desvalorização e não recomposição dos seus ganhos, direto na fonte, ou seja, são assalariados, e que assumem a sustentação do serviço público, e que não tem um salário digno e que ainda sofre todas as perdas possíveis, pois dependem da questão política partidária, e também dos interesses dos governantes nas suas garantias salariais. Fato este que se reforça no período pandêmico com congelamento de salários, e por fim não progressão em suas carreiras, principalmente nas carreiras do magistério, que ao ver dos governantes inicialmente como essenciais, e por último com a Lei Complementar nº 191 de 08 de março/2022, passa a não usufruir da mesma forma que outros grupos que também são essenciais e que não deixaram de trabalhar na pandemia da COVID19.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implementação do REANP, a vida escolar mudou muito, pois forçou-se o professorado a aprender um novo método de ensinar, às duras penas, onde muitos trabalhadores tiveram complicações de saúde, e outros que com a volta obrigatória às aulas perderam suas vidas. Por outro lado, a pandemia da COVID19 evidenciou a realidade da educação brasileira, e trouxe à luz os interesses políticos que não caminhou na perspectiva da solução de problemas pré-existentes, e mostrou que as ações implementadas tanto pelo MEC, quanto pelas Secretarias Estaduais de Educação e também prefeituras, não foram eficientes para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola virtual. E com isso aprende-se que a educação brasileira caminha à distância daquilo que a realidade necessita, e também que a vida humana, precisa ser valorizada, acima de qualquer interesse.



REFERÊNCIAS

ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. 1995. Disponível em: www2.abed.org.br. Acessado em: Out. 2022.

ALBUQUERQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A. T. B. **Programa nacional do livro didáticos (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 250-270, abr./jun., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/SdxBGsvHHtjMzJJ3cHHcY9c/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Jan. 2020.

ALECRIM, E. **Google Classroom, ambiente online para alunos e professores, é lançado globalmente**. Tecnoblog. 2014. Disponível em: <https://tecnoblog.net/163116/google-classroom-global/>. Acessado em: Set. 2022.

BALERA, W. **Noções preliminares de direito previdenciário**. 4. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BERBEL, F. L.V. **Teoria geral da previdência social**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 3.048/99**. Aprova o Regulamento da Previdência Social. Brasília, DF: Casa Civil: Centro Gráfico, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Brasília, DF: Ministério da Educação: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n. 8.213/91**. Lei de Benefícios e Serviços Previdenciários. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Centro Gráfico, 1991.

BRASIL. **Lei n. 9.784/99**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Casa Civil: Centro Gráfico, 1999.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Auxílio Brasil. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível in: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#:~:text=A1%C3%A9m%20de%20garantir%20uma%20renda,superem%20situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20vulnerabilidade%20social>. Acessado em: Dez. 2021.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Informe Bolsa e Cadastro – Comunicado. Brasília: Ministério da Cidadania, abril de 2021. nº 783. Disponível in: https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2021/abril/Boletim_BFInforma783.html#:~:text=14%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20fam%C3%ADlias,pagamentos%20para%20as%20fam%C3%ADlias%20benefici%C3%A1rias. Acessado em: Dez. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Guia de retorno das Atividades Presenciais na Educação Básica, Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acessado em: Dez. 2021.



BRASIL. **Ministério da Educação**. Relatório de Atividades: ações do MEC em resposta a Pandemia de Covid-19, de março/2020 a março/2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível in: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acessado em: Dez. 2021.

CRISPIM, J. de A. *et al.* Impacto e tendência da COVID-19 no sistema penitenciário do Brasil: um estudo ecológico. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 169-178, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v26n1/1413-8123-csc-26-01-169.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

LIMA, V. M. R.; SOUZA, K. dos S. de. Strategies for remote Chemistry teaching: A systematic review of the literature. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e444911932091, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.32091. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32091>. Acessado em: Mar. 2023.

MINAS GERAIS. **Regime Especial de Atividades Não Presenciais**, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19). Resolução SEE/MG nº 4310/2020, Belo Horizonte, 17 de abril de 2020. Disponível in: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N__4310.pdf. Acessado em: Jan. 2022.

SCHUCHMANN, A. Z. *et al.* Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19 / Vertical social isolation X Horizontal social isolation: health and social dilemmas in coping with the COVID-19 pandemic. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 3556–3576, mar./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-185>. Acessado em: Abr. 2023.

STALL, N. M. A hospital partnership with a nursing home experience a COVID-19 Outbreak: Description of a multiphase emergency response in Toronto, Canada. **Journal of the American Geriatrics Society**, [United States], v. 68, n. 7, p. 1376-1381, May 22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jgs.16625>. Acessado em: Abr. 2023.